

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIANE CRESTANI RECCO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DE JACINTO MACHADO**

CRICIÚMA

2013

MARIANE CRESTANI RECCO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DE JACINTO MACHADO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a. Especialista Milla Lúcia Ferreira Guimarães

CRICIÚMA

2013

MARIANE CRESTANI RECCO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA
AGROPECUARIA DE JACINTO MACHADO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.

Orientadora: Prof^ª. Especialista Milla Lúcia
Ferreira Guimarães

Criciúma, 27 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Milla Lúcia Ferreira Guimarães, Esp. Orientadora

Sergio Bruchchen, Msc., Examinador

Wagner Blauth, Esp., Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais, Aldo e Neuza, que acima de tudo nunca mediram esforços para que este sonho fosse realizado. Amo vocês!!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado força e coragem para enfrentar as dificuldades e por me acompanhar em todos os momentos, guiando e iluminando meus caminhos.

Aos meus pais, Aldo e Neuza que me deram todo o apoio, me incentivaram para continuar esta caminhada. Sem eles nada disso seria possível. Ao meu irmão Cleverson, agradeço pela compreensão e ajuda nestes últimos anos.

A todos os meus amigos que estiveram presentes ou não nesse momento, mas que mesmo distante torcem por meu sucesso.

A minha orientadora Milla, por ter contribuído com minha formação, proporcionando-me crescimento e realização ao final desta caminhada.

A todos os professores e colegas de classe, pelo conhecimento compartilhando e que de alguma forma colaboraram para a concretização desta jornada.

A COOPERJA, que permitiu a realização deste estudo.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

“A Felicidade às vezes é uma benção, mas geralmente é uma conquista.”

Paulo Coelho

RESUMO

RECCO, Mariane Crestani. **Responsabilidade Social: um estudo de caso na Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado**. 2013. 60 p. Orientadora: Milla Lúcia Ferreira Guimarães. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

As cooperativas são organizações capazes de unir o desenvolvimento econômico e o bem estar social. São regidas por sete princípios, sendo que o sétimo princípio diz respeito ao “Interesse pela comunidade” explicitando que as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das comunidades onde atuam, por meio de políticas aprovadas por seus próprios membros. As cooperativas exercem um papel fundamental perante todos em seu entorno, atuando com foco na responsabilidade social. Neste contexto, busca-se neste trabalho, além de apresentar a definição de cooperativismo, demonstrar suas origens e natureza jurídica, classificando-o nos seus diversos ramos de atividades, dentre eles, o agropecuário, identificar seus princípios, relacionando com o conceito de responsabilidade social. Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar os processos de cooperação de uma cooperativa em prol da comunidade onde está inserida. A metodologia aplicada em relação aos objetivos do estudo constitui-se como descritiva com base em, um estudo de caso realizado na Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado – COOPERJA. O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista, realizada com o administrador da entidade e a colaboradora responsável pelos projetos sociais da cooperativa. A abordagem metodológica utilizada para análise e interpretação dos dados foi qualitativa. O resultado desta pesquisa evidencia a preocupação que a COOPERJA têm com a comunidade e, que seus gestores acreditam que ser uma entidade socialmente responsável, aproxima a comunidade da cooperativa e, assim, fortalece ainda mais o espírito do cooperativismo.

Palavras-chave: Cooperativas. Princípios. Responsabilidade social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação da Estrutura do Trabalho.....	13
Quadro 1 – Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Mercantil.....	16
Figura 2 – Representação do Cooperativismo.....	20
Quadro 2 - Valores Básicos do Cooperativismo.....	21
Quadro 3 - Princípios Cooperativistas.....	22
Quadro 4 - Direitos e Deveres dos Cooperados.....	23
Figura 3 – Símbolos do Cooperativismo.....	24
Quadro 5 - Classificação das Cooperativas.....	25
Quadro 6 - Números do Cooperativismo Brasileiro por Ramo de Atividade.....	26
Gráfico 1 – Número de Receitas Totais por Ramo de Atividade.....	28
Quadro 7 - Responsabilidade Social Interna e Externa.....	29
Figura 4 – Balanço Social – Modelo IBASE.....	34
Quadro 8 - Balanço Social - Modelo Instituto Ethos.....	36
Quadro 9 - Estrutura Básica do Relatório GRI.....	37
Quadro 10 - Similaridades e Divergências dos Modelos.....	37
Quadro 11 - Metodologias Utilizadas para a Consecução da Pesquisa.....	41
Figura 5 – Indústria Matriz – Jacinto Machado.....	42
Figura 6 – Arroz Caçarola.....	43
Quadro 12 - Localização das Unidades da COOPERJA.....	44
Figura 7 – Sede Administrativa e Loja Agropecuária.....	44
Figura 8 – Ação Social 2013.....	48
Figura 9 – Reunião Núcleos.....	48
Figura 10 – Encontro de Mulheres.....	48
Figura 11 – Outubro Rosa	48
Figura 12 – Área onde acontece o CDC.....	49
Figura 13 – Livro de Receitas.....	49
Figura 14 – Baile da Colheita.....	50
Figura 15 – Cooperjovem.....	50
Figura 16 – Projeto Fênix.....	51
Figura 17 – Projeto Centopeia.....	51
Figura 18 – Livros do Acervo.....	52

Figura 19 – Aulas de Inglês 52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

AG - Assembleia Geral

AGE - Assembleia Geral Extraordinária

AGO - Assembleia Geral Ordinária

CDC - Campo Demonstrativo COOPERJA

COOPESP - Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Educação do Estado de São Paulo

COOPERJA – Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado

ETHOS – Instituto Ethos

FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social

FECOAGRO – Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

GRI – *Global Reporting Initiative*

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SC – Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 HISTÓRICO, CONCEITO DE COOPERATIVISMO E COOPERATIVA.....	15
2.1.1 O Cooperativismo no Brasil e em Santa Catarina	18
2.1.2 Valores do cooperativismo.....	20
2.1.3 Princípios cooperativistas.....	22
2.1.6 Direitos e deveres dos cooperados	23
2.1.4 Símbolos do cooperativismo.....	24
2.1.5 Ramos do cooperativismo.....	25
2.2 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	26
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL	29
2.4 BALANÇO SOCIAL	31
2.4.1 Modelos de balanço social	33
3 METODOLOGIA.....	40
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	40
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	41
4 ESTUDO DE CASO.....	42
4.1 HISTÓRICO DA COOPERATIVA.....	42
4.2 A PALAVRA DO PRESIDENTE DA COOPERJA.....	45
4.3 A PALAVRA DA RESPONSÁVEL PELO SETOR SOCIAL DA COOPERJA	46
4.4 AÇÕES DA COOPERJA EM ATENDIMENTO AO 7º PRINCÍPIO COOPERATIVISTA.....	47
4.5 AÇÕES DA COOPERJA EM DESENVOLVIMENTO AOS COLABORADORES	52
4.6 FORMAS DE DIVULGAÇÃO.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão apresentados além do tema e do problema, os objetivos necessários para o desenvolvimento deste estudo. Serão evidenciados ainda, os aspectos referentes à justificativa e a relevância deste trabalho.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A sociedade passa por constantes transformações de características sociais, políticas e econômicas em função, especialmente, do processo de globalização, exigindo conseqüentemente, novas posturas no mundo empresarial. Nesta perspectiva, surge a necessidade de organização das sociedades, no sentido de proporcionar melhores condições de competitividade, crescimento econômico e social perante as comunidades.

O cooperativismo vem atuando na promoção de um ambiente social no qual seus cooperados são seu bem maior, levando em consideração que o desenvolvimento econômico só é alcançado por meio da união de esforços comunitários. Com o intuito de suprir as necessidades do setor agrícola, surgem as cooperativas agropecuárias que são organizações formadas por indivíduos com os mesmos interesses e objetivos, inclusive o de obter vantagens em suas atividades econômicas. As cooperativas agropecuárias atuam no sentido de reduzir os custos de produção, obter melhores condições de prazo e preço de seus produtos.

Portanto, as cooperativas são organizações que geram um movimento capaz de unir o desenvolvimento econômico e o bem estar social. Em atendimento ao 7º princípio cooperativista: “Interesse pela comunidade”, as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das comunidades onde atuam, por meio de políticas aprovadas pelos seus próprios membros.

Neste sentido, a COOPERJA tem papel fundamental perante seus associados e colaboradores atuando com foco na responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável dos seus membros e da comunidade em seu entorno.

Diante do exposto, o problema motivador da pesquisa é: Por meio de um processo de cooperação, como a COOPERJA oportuniza o desenvolvimento da comunidade onde está inserida?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir da elaboração do presente trabalho tem-se como objetivo geral, identificar os processos de cooperação da COOPERJA para o desenvolvimento da comunidade onde está inserida.

Com o intuito de alcançar tal objetivo, tem-se a necessidade de abordar os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Conceituar cooperativismo, caracterizando, especialmente, as cooperativas agropecuárias e, responsabilidade social;
- ✓ Identificar os princípios cooperativistas;
- ✓ Evidenciar as similaridades e divergências entre os modelos de relatórios sociais;
- ✓ Relacionar os projetos realizados pela COOPERJA para o desenvolvimento da comunidade, bem como, a forma de divulgação.

1.3 JUSTIFICATIVA

As cooperativas são locais nos quais pessoas com objetivos e aspirações semelhantes se unem, de maneira organizada, com o intuito de buscar melhor resultado econômico, por meio da ajuda mútua.

Para Pinho (2004, p. 275), responsabilidade social é a “forma de conduzir os negócios da empresa privada que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social”. Ela é expressa por meio dos princípios e valores adotados pela organização.

As empresas são importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico, bem como, do avanço tecnológico e transformaram o planeta numa cadeia global. Por sua vez, com a crescente interdependência de todos, o bem estar da humanidade depende da ação corporativa em nível local, regional e internacional. (INSTITUTO ETHOS, 2011)

Neste contexto, este estudo está direcionado a uma empresa de sociedade cooperativa, com intuito de identificar a sua preocupação social perante a comunidade, seus associados e a comunidade na qual está inserida. Além disso, pretende servir de estímulo aos gestores que estão à frente da cooperativa que, após a conclusão deste estudo, terão a oportunidade de ampliar seus

conhecimentos a respeito dos benefícios que a responsabilidade social representa para a sociedade.

Desta forma, o presente trabalho tem como contribuição teórica aprofundar os conhecimentos sobre responsabilidade social e buscar a contribuição das cooperativas para as comunidades nas quais estão inseridas.

1.4 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Este trabalho está estruturado em 05 (cinco) capítulos, os quais contemplam os aspectos necessários ao entendimento, desenvolvimento e aplicação deste estudo. A Figura 1 demonstra a estrutura de apresentação dos capítulos do trabalho.

Figura 1: Representação da Estrutura do Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

No primeiro capítulo busca-se apresentar as considerações do tema pesquisado, os objetivos do estudo e a justificativa para a pesquisa.

O segundo capítulo discorre sobre um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos teóricos relacionados ao desenvolvimento desta pesquisa, tais como

cooperativismo, cooperativas agropecuárias, detalhando seus princípios. Na sequência, conceitua-se responsabilidade social.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados no estudo.

No quarto capítulo apresenta-se o estudo de caso, realizado na Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado (COOPERJA), o qual visa relacionar os projetos realizados para o desenvolvimento da comunidade, bem como a sua forma de divulgação.

No quinto e último capítulo, são descritas as considerações finais resultantes da pesquisa realizadas sobre o tema proposto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo aborda-se o conceito do cooperativismo e seus princípios. Em seguida, apresenta-se a evolução do cooperativismo no Brasil e a relação existente com a responsabilidade social.

2.1 HISTÓRICO, CONCEITO DE COOPERATIVISMO E COOPERATIVA

Melhorar as condições de vida sempre foi o principal objetivo daqueles que encontraram no cooperativismo uma forma de superar dificuldades, gerar negócios e transformar a realidade social.

A sociedade dos probos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, primeira cooperativa organizada cuja constituição é datada no ano de 1844, continha em seu quadro social 28 tecelões que se uniram para vender os produtos que fabricavam e, também, adquirir itens de primeira necessidade, como alimentos e remédios, com preços inferiores aos praticados pelo mercado. (OCESC, 2011)

Esses pioneiros foram os responsáveis por criar as bases do cooperativismo mundial, elaborando os princípios cooperativistas, em vigor até os dias atuais, além de ter sido a primeira sociedade a implantar o conceito de igualdade entre os seus cooperados.

Conforme Pinho (2004, p.137):

Na sua origem histórica, o Cooperativismo considerava que a produção deveria ser colocada a serviço do “consumidor”, e não do “produtor” ou do “trabalhador”. Ou seja, assim, como, na ordem política, a soberania pertence ao cidadão, na ordem econômica, todo ser humano tem como “consumidor”, o direito teórico de participar da gestão direta ou indireta dos meios de produção necessários à satisfação de suas necessidades.

Assim, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), define o cooperativismo como uma forma de organização que tem como diferencial promover o desenvolvimento econômico e o bem estar social simultaneamente. Baseado na união de pessoas, o cooperativismo é um modelo socioeconômico com referenciais de participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Por sua natureza e particularidades, visa às necessidades do grupo e não ao lucro, aliando o economicamente viável ao ecologicamente correto e ao socialmente justo. (OCB, 2012)

No sentido de dar continuidade a ação cooperativa em nível mundial, criou-se a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1895 em Londres. A ACI é considerada, hoje, a maior entidade internacional de representação do cooperativismo. Tem o papel de guardião dos princípios cooperativos alicerçados na solidariedade e equidade.

Conforme definição da OCB (2013), cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

A característica principal de uma sociedade cooperativa é a finalidade de oferecer aos seus cooperados, melhores condições econômicas e sociais, já que não possui finalidade lucrativa. Desta forma, a sociedade serve como instrumento de promoção dos interesses dos seus membros.

As sociedades cooperativas são regulamentadas pela Lei Federal nº 5.764 de 1971, que, entre outras providências, definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas: sociedades de pessoas de natureza civil, tendo forma e natureza jurídica próprias, não sujeitas à falência. (BRASIL, 1971)

O Quadro 1 apresenta as características que distinguem as cooperativas das sociedades mercantis, de acordo com a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).

Quadro 1: Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Mercantil.

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
É uma sociedade de pessoas;	É uma sociedade de capital;
Objetivo principal é a prestação de serviços;	Objetivo principal é o lucro;
Número ilimitado de cooperados;	Número limitado de acionistas;
Controle democrático – um homem - um voto;	Cada ação - um voto;
Assembleias: "quorum" – é baseado no número de cooperados;	Assembleias: "quorum"- é baseado no capital;
Não é permitida a transferência das quotas partes a terceiros, estranhos à sociedade;	Transferência das ações a terceiros;
Retorno proporcional ao valor das operações.	Dividendo proporcional ao valor das ações

Fonte: OCECSC (2013).

A Cooperativa é uma personalidade jurídica que une pessoas com os mesmos interesses para explorar determinada atividade econômica. As decisões para o andamento do empreendimento são tomadas pela maioria dos seus membros, por meio de um Conselho e as eventuais sobras de recursos são distribuídas proporcionalmente às operações do associado, ao final do exercício, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral (AG).

Como forma de organização, as cooperativas têm uma estrutura sólida e bem definida, composta por órgãos deliberativos, consultivos, eleitos por Assembleia Geral cujas funções são contempladas no Estatuto Social.

A Assembleia Geral é o órgão que, conforme prescrito na legislação e no Estatuto Social, tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade. Além da responsabilidade individual, o cooperado tem a responsabilidade coletiva que se expressa pela reunião de todos ou da maioria, nas discussões e nas deliberações. A reunião da Assembleia Geral dos cooperados ocorre nas seguintes ocasiões:

- Assembleia Geral Ordinária (AGO): É realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses, após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre: prestação de contas, relatórios, planos de atividades, destinação de obras, fixação de honorários, cédula de presença, eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, e quaisquer assuntos de interesse dos cooperados. (OCESC, 2013)
- Assembleia Geral Extraordinária (AGE): É realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa. É de competência exclusiva da AGE a deliberação sobre reforma do Estatuto, fusão, incorporação, desmembramento, mudança de objetivos, dissolução voluntária. (OCESC, 2013)

O Conselho de Administração é o órgão superior na administração da cooperativa. É de sua competência a decisão sobre qualquer interesse da cooperativa e de seus cooperados nos termos da legislação, do Estatuto Social e das determinações da Assembleia Geral. O Conselho de Administração será formado por cooperados no gozo de seus direitos sociais, com mandatos de duração e de renovação estabelecidos pelo Estatuto Social. (OCESC, 2013)

O Conselho Fiscal é formado por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos para função de fiscalização da administração, das atividades e das operações da cooperativa, examinando livros e documentos entre outras atribuições.

É um órgão independente da administração. Tem por objetivo zelar pelos interesses dos cooperados por meio de inspeção e supervisão periódica do funcionamento da cooperativa. Deve atuar como órgão de assessoria do Conselho de Administração. (OCESC, 2013)

O Comitê Educativo pode ser temporário ou permanente e constitui-se em órgão auxiliar da administração. Pode ser criado através da Assembleia Geral, com a finalidade de realizar estudos e apresentar soluções sobre situações específicas. Pode adotar modificar ou fazer cumprir questões, inclusive no caso da coordenação de programas de educação cooperativista junto aos cooperados, familiares e membros da comunidade da área de ação da cooperativa. (OCESC, 2013)

O Estatuto Social é o conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos de determinada cooperativa. É elaborado com a participação dos associados para atender às necessidades da cooperativa e de seus associados. Deve obedecer a um determinado padrão. (OCB, 2013)

O Capital Social é o valor, em moeda corrente, que cada pessoa investe ao associar-se e que serve para o desenvolvimento da cooperativa. (OCB, 2013)

Ao final de cada exercício social, é apresentado na Assembleia Geral, o Balanço Geral e a Demonstração do Resultado que devem conter:

- Sobras Líquidas do Exercício – trata-se dos resultados positivos, ao final do exercício social, que retornam aos associados, proporcionalmente às operações realizadas, salvo deliberação em contrário da AGO; (OCB, 2013).
- Fundo indivisível – trata-se do valor em moeda corrente nacional que pertence aos associados e não pode ser distribuído e sim destinado ao: fundo de reserva para ser utilizado no desenvolvimento da cooperativa e cobertura de perdas futuras; Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES); e outros fundos que poderão ser criados com a aprovação da Assembleia Geral. (OCB, 2013)

2.1.1 O Cooperativismo no Brasil e em Santa Catarina

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, mas, foi no século XX, que houve a organização do

movimento no país facilitando a constituição de cooperativas dos mais variados ramos.

De acordo com Pinho (2004, p. 13), “a história do cooperativismo formal no Brasil começa de fato, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, a mais antiga cooperativa que se tem notícia no Brasil”. A primeira cooperativa de crédito constituída no país teve sua localização no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1902. E no final do século XIX, foram constituídas as primeiras cooperativas formalizadas, principalmente no sul e sudeste.

Em 02 de dezembro de 1969, foi criado a OCB, o órgão máximo de representação do movimento nacionalmente, tendo como uma das suas atribuições o incentivo e a orientação das cooperativas. Em 1971, segundo a OCB (2013), foi promulgada a Lei nº. 5.764 que, entre outras regras, exigia o registro prévio de todas as cooperativas no Conselho Nacional do Cooperativismo. Apesar disso, a lei reconheceu a OCB como representante do movimento no País e definiu as relações entre os cooperados e a cooperativa, denominado Ato Cooperativo.

Segundo dados da OCB (2012), o cooperativismo no Brasil ganhou reconhecimento internacional, quando o Sr. Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, foi eleito o primeiro não europeu para assumir a presidência da ACI, fato que significativamente contribuiu para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

O cooperativismo em Santa Catarina teve início em 1841, com a chegada de imigrantes alemães e italianos. Segundo a OCESC (2013) em 1889, os imigrantes italianos que se estabeleceram em terras do Médio Vale do Itajaí, em Rio dos Cedros (atualmente distrito de Blumenau) tiveram a ideia de criar uma sociedade de natureza cooperativa para facilitar a comercialização do fumo que produziam. Este empreendimento foi um sucesso por várias décadas. Mas, apesar de ter originado o surgimento de inúmeras similares na região, como também em outros pontos do Estado e de ter ficado conhecida em todo o Brasil, e mesmo no exterior, pela qualidade do fumo e de outros produtos coloniais que exportava, a cooperativa foi liquidada em 1951.

A partir desta iniciativa foram surgindo outras cooperativas nos mais variados segmentos.

Os órgãos que regem e regulamentam as cooperativas são: no âmbito mundial a ACI, no Brasil a OCB, e em nível estadual a OCESC - fundada em 28 de agosto de 1971. A Figura 2 evidencia melhor as entidades que representam as cooperativas em todos os âmbitos.

Figura 2: Representação do Cooperativismo



Fonte: OCESC, 2013

Conforme a Figura 2, a representação do cooperativismo em nível internacional, é realizada por dois órgãos, a ACI e a Aliança Cooperativa Internacional das Américas. No Brasil, essa representação é feita pela OCB, e em níveis estaduais, cada estado tem sua representante. em Santa Catarina é realizada pela OCESC.

2.1.2 Valores do cooperativismo

Antecedendo os princípios cooperativistas, os valores posicionam-se acima deles na determinação hierárquica da Doutrina Cooperativista. O Quadro 2 descreve de forma mais detalhada os valores do cooperativismo.

Quadro 2: Valores Básicos do Cooperativismo

VALORES BÁSICOS	DESCRIÇÃO
SOLIDARIEDADE	É um valor essencial que deve estar presente nas instâncias de uma cooperativa, é um fator primordial para a existência e fortalecimento da cooperação entre os associados da cooperativa.
LIBERDADE	O valor cooperativista da liberdade permite aos associados da cooperativa retirar-se do empreendimento no momento que lhe for conveniente e também aos pretendentes de tornarem-se cooperados por livre e espontânea vontade.
DEMOCRACIA	Não tem sentido aqui entendida apenas na forma de participação e organização dentro das cooperativas, mas sim na participação de todos os associados nas reuniões, direito de opinião, da oportunidade do exercício das funções diretivas entre outros. A aplicação do valor de democracia inibe a distinção entre pessoas bem como o surgimento de grupos de interesse ou figuras de poder.
JUSTIÇA SOCIAL	Com a promoção da Justiça Social é adquirida a evolução pessoal dos indivíduos, que se concretiza através da promoção das pessoas, através da educação, cultura, qualidade de vida, oportunidade de trabalho e realização pessoal.
EQUIDADE	Garante o tratamento igual; de acordo com o grau de participação nas relações humanas e de contribuição para os associados.
PARTICIPAÇÃO	Ativa de todos os cooperados nos diversos estágios de desenvolvimento organizacional de uma cooperativa determina até que ponto os objetivos traçados pelo empreendimento serão alcançados de forma eficaz.
UNIVERSALIDADE	Através do valor da universalidade as pessoas e os grupos associados descobrem o seu maior valor e enriquecimento não em ações individuais, mas com o trabalho coletivo em prol de objetivos de interesse universal.
HONESTIDADE	É um aspecto componente da formação do caráter do ser humano, cada vez mais desprezado pela sociedade com intenção de promover uma reforma moral das pessoas, os pioneiros do cooperativismo buscavam sempre alertar para as atitudes e o comportamento dos indivíduos na sociedade.

Fonte: Irion (1994, p. 49).

Conforme o Quadro 2, percebe-se que as cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade social, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. (OCESC, 2013)

2.1.3 Princípios cooperativistas

Para melhor compreensão do que são as sociedades cooperativas, se faz necessário o entendimento dos princípios que as regem, conforme apresentado no Quadro 3.

Segundo MacPherson (2003, p. 13), “os princípios cooperativos são as normas pelas quais as cooperativas põem seus valores à prática”.

Quadro 3: Princípios Cooperativistas

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Adesão Voluntária e Livre	As cooperativas são organizações voluntárias, aberta a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
Gestão Democrática	As cooperativas são as organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.
Participação econômica dos membros	Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; • Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e • Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
Autonomia e independência	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem à capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
Educação, formação e informação	As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
Intercooperação	As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais - força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
Interesse pela comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: Adaptado OCB (2013)

Os princípios do cooperativismo são linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas colocam seus objetivos em prática, cujas regras devem nortear o relacionamento entre cooperados e cooperativa, uma vez que sinalizam o verdadeiro espírito do cooperativismo, distinguindo-a de outros tipos de empreendimentos econômicos.

Pode-se ainda salientar, que os princípios representam os fundamentos de uma cooperativa, estando presentes em momentos distintos do cotidiano destas instituições, com o objetivo de auxiliar o seu desenvolvimento, comprometimento e consolidação no mercado em que está inserida.

2.1.6 Direitos e deveres dos cooperados

Em menor escala, os direitos e deveres norteiam as atividades das cooperativas. Estes embasamentos auxiliam na administração destas instituições. Neste sentido, Cruz (2000, p. 69) afirma que “o bom funcionamento da cooperativa está diretamente ligado à participação efetiva do quadro social na vida da empresa”.

O Quadro 4 apresenta a relação de direitos e deveres dos cooperados de acordo com a OCESC (2013):

Quadro 4: Direitos e Deveres dos Cooperados

Direitos	Deveres
Utilizar os serviços disponibilizados na cooperativa;	Integralizar as quotas-partes de capital;
Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;	Operar com a cooperativa;
Propor ao Conselho de Administração e às Assembleias Gerais as medidas que julgar convenientes aos interesses do quadro social;	Observar o estatuto da cooperativa;
Efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas;	Cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa;
Obter, durante os trinta dias que antecedem a realização da Assembleia Geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os Balanços e os Demonstrativos;	Respeitar as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Diretor;
Votar e ser votado para cargos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal; e	Cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício; e
No caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o estatuto.	Participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

Fonte: OCESC (2013)

Os direitos e deveres expostos no Quadro 4 consistem em situações e procedimentos que os associados devem observar para garantir a sua participação e o desenvolvimento da cooperativa da qual faz parte.

2.1.4 Símbolos do cooperativismo

As cooperativas adotaram a figura de dois pinheiros envoltos em um círculo como símbolo universal para se distinguir das demais sociedades, conforme apresenta a Figura 3.

Figura 3: Símbolos do cooperativismo



Fonte: OCERGS, (2013).

Sendo que, de acordo com a OCERGS (2013) o **Pinheiro** é considerado o símbolo da imortalidade e da fecundidade pela sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação. O **Círculo** representa a vida eterna, pois não tem horizonte final, nem começo, nem fim. O **Verde** escuro das árvores lembra o princípio vital da natureza, o **amarelo** ouro simboliza o sol, fonte de energia e calor.

Assim nasceu o emblema do cooperativismo: um círculo abraçando dois pinheiros para indicar a união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais, a vitalidade de seus adeptos. Tudo isso marcado na trajetória ascendente dos pioneiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais. (OCERGS, 2013)

O cooperativismo possui uma bandeira formada pelas sete cores do arco-íris, aprovada pela ACI em 1923, e reformulada em abril de 2001, como símbolo de paz e esperança. Cada cor disposta na bandeira possui uma representação própria, o vermelho simboliza a coragem, o alaranjado a visão de possibilidades do futuro, o amarelo simboliza o desafio em casa, família e comunidade, o verde o crescimento de ambos individual (como pessoa) e dos cooperados, o azul o horizonte distante, a necessidade de ajudar os menos afortunados, unindo-os uns aos outros, anil significa a necessidade de ajudar a si próprio e aos outros através da cooperação, e violeta a beleza, calor humano e coleguismo. (OCES, 2013)

2.1.5 Ramos do cooperativismo

As cooperativas são organizadas de acordo o segmento ao qual pertencem. A OCB (2013) destaca, no Quadro 5, os principais, como sendo:

Quadro 5: Classificação das Cooperativas

RAMO	DESCRIÇÃO
Agropecuário	Produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem aos cooperados, esse ramo cuida de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos.
Consumo	Dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados.
Crédito	Destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados.
Educacional	Cooperativas de professores, de alunos de escolas agrícola, de pais de alunos ou cooperativas de atividades afins.
Especial	Constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas. Essas entidades organizam o seu trabalho, especialmente no que diz respeito às dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem.
Habitacional	Destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos e unidades habitacionais.
Infraestrutura	Finalidade de atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria, estão deixando de ser repassadoras de energia, para ser geradoras.
Mineral	Finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, importar e exportar minerais.
Produção	Dedicadas à produção de um ou mais bens e mercadorias, sendo os meios de produção de propriedade coletiva e não de propriedade individual do cooperado.
Saúde	Composto por médicos, dentistas, psicólogos e profissionais de outras atividades afins.
Trabalho	Dedicam à organização e à administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços.
Transporte	Atuam na prestação de serviços de transporte de carga e passageiros.
Turismo e lazer	Prestam serviços turísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria, ou atendem direta ou indiretamente o seu quadro social nessas áreas.

Fonte: Adaptado da OCB (2013)

O Quadro 5 apresenta os ramos de atuação das organizações cooperativas de maneira geral. Considerando que as cooperativas do ramo agropecuário consistem no objeto de estudo deste trabalho, será apresentado de maneira mais detalhada, posteriormente, no item 2.2.

No Brasil o montante de cooperativas em funcionamento no ano de 2010 era de 6.600 distribuídas nos mais variados ramos de atuação. (OCB, 2012). Em Santa Catarina, no ano 2011, havia 258 cooperativas registradas. O Quadro 6, demonstra os números do cooperativismo brasileiro por ramo de atividade.

Quadro 6: Números do Cooperativismo Brasileiro por Ramo de Atividade

RAMO	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.548	943.054	146.011
Consumo	123	2.297.218	9.892
Crédito	1.064	4.019.528	56.178
Educacional	302	57.547	3.349
Especial	12	397	14
Habitacional	242	101.071	1.676
Infraestrutura	141	778.813	5.775
Mineral	63	20.792	144
Produção	235	11.454	3.669
Saúde	852	246.265	56.776
Trabalho	1.024	217.127	3.879
Transporte	1.015	321.893	10.787
Turismo e lazer	31	1.368	32
TOTAL	6.652	9.016.527	298.182

Fonte: OCB (2013)

O Quadro 6 apresenta os números do cooperativismo por ramo de atividade no Brasil do ano de 2010, classificados em números de cooperativas, associados e empregados.

2.2 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

As cooperativas brasileiras do segmento agropecuário, segundo Pinho (2004, p. 118), “historicamente é o mais bem estruturado ramo cooperativo”. E têm como objetivos organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios, produtores rurais, integrando-as, orientando-as e colocando à disposição deles uma série de serviços. (RECH, 2000)

A OCESP (2013) detalha a composição das cooperativas agropecuárias, além de mencionar a forma que se realiza a prestação de serviços:

Composto por cooperativas de produtores rurais e de pesca, cujos meios de produção pertencem aos próprios associados. Elas prestam serviços de recebimento, comercialização, armazenamento e industrialização, além de assistência técnica. Têm significativa participação na economia nacional, inclusive nas exportações.

As cooperativas agropecuárias, de acordo com Rech (2000), se dedicam frequentemente a:

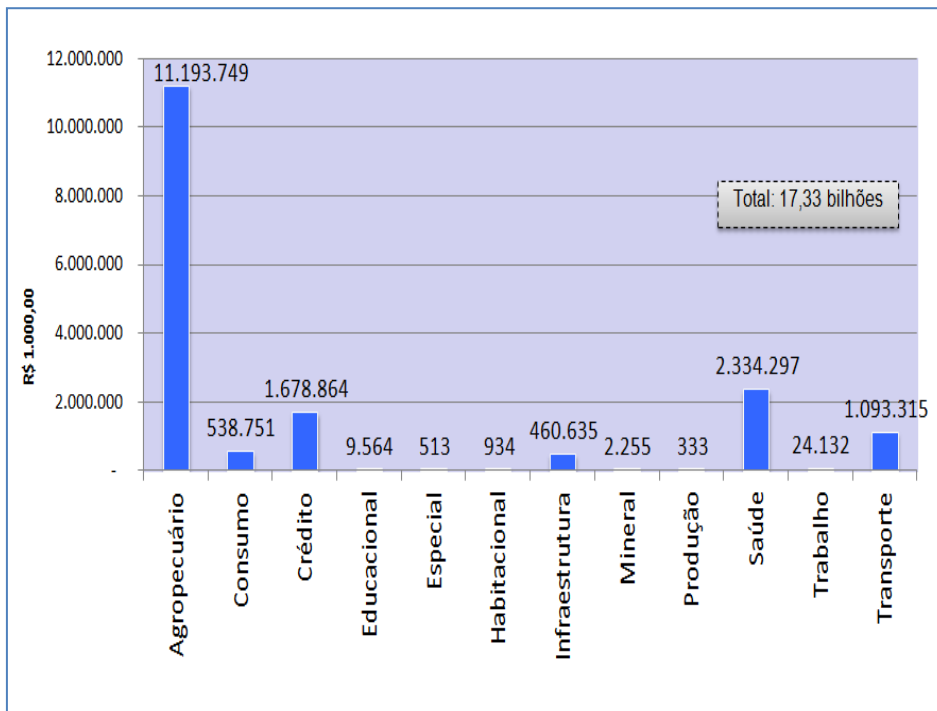
- ✓ Vender em comum a produção entregue pelos sócios. Processo no qual a cooperativa pode ficar encarregada de classificar, padronizar, manter em depósito ou armazenamento, beneficiar ou industrializar os produtos recebidos, sempre visando encontrar e obter os melhores preços de mercado;
- ✓ Distribuir aos sócios bens de produção e utilidades necessárias as suas atividades agropecuárias, bem como intermediar o abastecimento de gêneros alimentícios, roupas e outros produtos para a casa e a família;
- ✓ Oferecer serviços na área da produção, pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional; e
- ✓ Promover a integração entre os associados e suas famílias e a inter-relação com a comunidade em que estão inseridos.

De acordo com a COOPESP (2013), as cooperativas agropecuárias dividem-se de acordo com os produtos com os quais trabalham. Muitas têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compras de insumos, adubos, sementes, instrumentos, etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados), denominadas de cooperativas agropecuárias mistas.

O ramo agropecuário é o de maior expressão econômica no cooperativismo, com significativa participação na economia nacional, tendo grande influência nas exportações e na balança comercial (OCB, 2013). Em Santa Catarina, segundo dados da OCESC (2013), em termos de faturamento, o ramo agropecuário é o de maior destaque entre os tipos de cooperativas.

O Gráfico 1 demonstra, de acordo com dados da OCESC no ano de 2013, as receitas de todos os ramos de cooperativas atuantes no estado de Santa Catarina. Destaca-se o volume de recursos movimentado pelo ramo agropecuário.

Gráfico 1: Número de receitas totais por Ramo de atividade.



Fonte: OCESC (2013).

Embora apresente um faturamento superior em relação aos demais ramos, as cooperativas agropecuárias necessitam, constantemente, de soluções que garantam a competitividade e a sustentabilidade do empreendimento. Estas ações consistem em ampliação do *portfólio* de produtos e/ou serviços comercializados, aumentando o seu campo de atuação. (OCESC, 2013).

As cooperativas do ramo agropecuário prestam um enorme leque de serviços e atividades econômicas, desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização de produtos até a assistência social e educacional aos cooperados. (OCESC, 2013)

Segundo a OCB (2012), foi a partir do ano de 1907 que começaram a organizar as primeiras cooperativas agropecuárias. A primeira, em Minas Gerais, tendo como o principal produto o café. Aos poucos, outras cooperativas foram surgindo no sul do Brasil e hoje se estendem por todo o território nacional.

O órgão que regulamenta as cooperativas agropecuárias em Santa Catarina é a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro), fundada em 25 de julho de 1975. Ela reúne 10 cooperativas singulares e uma central que presta serviços na área de compras conjuntas dos principais insumos e produtos de abastecimento distribuídos pelas filiadas aos seus associados.

Conforme seus pioneiros, o cooperativismo acredita nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preservação do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável. Assim, afirma Koslovski (2006, p. 3): “as ações de responsabilidade social das cooperativas não são esporádicas e nem tem por objetivo o marketing para alcançar maior credibilidade, mas fazem parte do seu DNA”.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

As organizações que são socialmente responsáveis têm a consciência de que seus compromissos não se restringem somente aos interesses financeiros, como também, devem primar por contribuir com o bem estar, a qualidade de vida e a efetiva participação nas ações da comunidade na qual está inserida.

Tenório (2005) aponta que a abordagem da responsabilidade social surgiu no início do século XX com o filantropismo. Logo em seguida, com o esgotamento do modelo industrial e o desenvolvimento da sociedade pós-industrial, o conceito evoluiu, passando a incorporar os anseios dos agentes sociais no plano dos negócios das corporações.

Atualmente, há alguns termos que são atribuídos ao conceito de responsabilidade social. Eles variam desde uma perspectiva econômica, voltada aos acionistas, até uma mais abrangente que contempla outras partes envolvidas nas atividades da empresa.

A responsabilidade social das organizações, na concepção de Melo Neto e Froes (1999), está dividida em dois níveis: interno e externo, conforme apresenta o Quadro 7.

Quadro 7: Responsabilidade Social Interna e Externa

Itens	Responsabilidade Social Interna	Responsabilidade Social Externa
Foco	- Empregados - Dependentes	- Comunidade
Áreas de atuação	- Educação - Salários e benefícios - Assistência médica - Assistência social - Assistência odontológica	- Educação - Salários e benefícios - Assistência social - Ecologia
Instrumentos	- Programa de RH	- Doações

	- Planos de previdência complementar	- Programa de voluntariado - Parcerias - Programas e projetos sociais
Tipos de retorno	- Retorno produtividade - Retorno para os acionistas	- Retorno de imagem - Retorno publicitário - Retorno para acionista

Fonte: Melo Neto e Froes (1999, p. 89).

O nível interno, diz respeito ao relacionamento entre a organização, os trabalhadores e todas as partes que podem influenciar o alcance dos resultados empresariais, ao passo que, o nível externo está relacionado às consequências das ações da organização em relação ao meio ambiente e a região em que está inserida.

Os principais objetivos das empresas que adotam a prática da responsabilidade social são de acordo com Toldo (2002):

- ✓ Proteger e fortalecer a imagem da marca e sua reputação, favorecendo a imagem da organização;
- ✓ Diferenciar a organização dos concorrentes;
- ✓ Gerar de mídia espontânea;
- ✓ Formar mercado futuro, pois quando contribui para o desenvolvimento da comunidade, estão se formando futuros consumidores;
- ✓ Fidelizar clientes;
- ✓ Proteger a organização contra ações negativas dos consumidores, evitando o boicote ao consumo ou estabelece rapidamente a credibilidade;
- ✓ Atrair e manter talentos, pois os colaboradores valorizam as empresas que os valorizam, os respeitam e deixam claros os objetivos;
- ✓ Reduzir controles e auditorias de órgãos externos de fiscalização;
- ✓ Atrair investidores que percebem que o retorno em empresas socialmente responsáveis é garantido.

Nesta perspectiva, uma organização ativa diante dos problemas sociais passa a ter uma melhor imagem perante à sociedade, que, por sua vez, também é beneficiada em virtude da atitude da organização. A prática da responsabilidade social acaba, conseqüentemente, trazendo vantagens, gerando oportunidades e promovendo o bem estar da sociedade.

Para Arantes et al (2004, p. 132), a responsabilidade social tem como vantagem,

o retorno social da imagem da organização, uma vez que as ações sociais podem ser realizadas por doações, transferência de recursos em regime de parceria, prestação de serviços voluntários, aplicação de recursos em atividades de preservação ambiental, patrocínio de projetos sociais do governo e investimentos em projetos próprios.

Segundo Melo Neto (1999), os benefícios gerados para a sociedade podem ser avaliados sob vários aspectos, tais como, a qualidade do produto gerado ao consumidor, fato que reflete respeito ao cliente, além de contratos éticos e da prática de preços justos nas negociações com os fornecedores ressaltando a transparência da empresa. Todavia, observando-se a responsabilidade social de forma sistemática e abrangente, considerando todos os grupos de relacionamento que constituem a empresa, seu significado torna-se mais amplo.

A forma mais eficaz de se propagar a responsabilidade social nas cooperativas é por meio da realização de projetos sociais, os quais consistem, entre outros fatores, reunir esforços para difundir entre os associados, seus familiares e a comunidade, os conceitos e os princípios do cooperativismo.

2.4 BALANÇO SOCIAL

As empresas buscam formas de comunicar o sucesso e os desafios de suas estratégias socioambientais e coerência de suas ações. Um dos instrumentos que visa dar maior transparência a essas atividades empresariais e ampliar o diálogo com a sociedade é o Balanço Social.

Melo Neto e Froes (1999) definem Balanço Social como sendo o instrumento de avaliação do desempenho da empresa no campo da cidadania empresarial, pois demonstra todas as ações sociais desenvolvidas pela empresa no período. Ele pode ser definido como um relatório anual produzido voluntariamente pela organização após um esforço de “auditoria interna” para mapear seu grau de Responsabilidade Social.

Nesse sentido, Silva e Freire (2001, p. 124) destacam que o Balanço Social é “um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos”. É por seu intermédio, que a empresa apresenta o que faz por seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta.

Sobre o Balanço Social, Kroetz (2000, p. 78) destaca que “seu objetivo inicial era tornar a entidade mais acreditada aos olhos de seu pessoal”.

A França foi o primeiro país a tornar obrigatória a elaboração do Balanço Social no ano de 1972. Em 1977 foi sancionada a Lei nº 77.769, que exigia que todas as empresas que contassem com mais de 300 colaboradores, pela lei francesa, estariam obrigados a sua elaboração. (SILVA; FREIRE, 2001).

O Balanço Social é uma ferramenta que integra a empresa com seus funcionários e todos em volta dela. Tinoco (2001, p. 14) caracteriza o Balanço Social como sendo “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades [...]”.

Elencando os objetivos da elaboração do Balanço Social, Kroetz (2000, p. 79) menciona:

- ✓ Revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- ✓ Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- ✓ Abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- ✓ Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- ✓ Formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- ✓ Ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- ✓ Contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do balanço social um parâmetro para tal;
- ✓ Medir os impactos das informações apresentadas no balanço social perante a comunidade dos negócios;
- ✓ Verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão;
- ✓ Servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- ✓ Melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional;
- ✓ Clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

Segundo o Instituto Ethos (2013), a publicação anual do Balanço Social é fundamental para a vida corporativa porque amplia o diálogo da organização com a sociedade, ajuda a equipe a incorporar posturas éticas e transparentes, serve como subsídio para as negociações com os trabalhadores, ajuda a estabelecer relação com seus parceiros, diferencia a imagem da empresa no mercado perante clientes,

permite a empresa comparar seu desempenho e suas reações com os de outras empresas, além de integrar objetivos socioambientais ao planejamento da empresa.

A elaboração de um Balanço Social agrega valor ético, inovador e transformador. De acordo com IBASE (2013), divulgar o Balanço Social “[...] é mudar a antiga visão, indiferente à satisfação e ao bem-estar dos funcionários e clientes, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam as práticas de responsabilidade social e ambiental”.

2.4.1 Modelos de balanço social

O Balanço Social não possui uma forma única de apresentação. Porém, há três modelos disponíveis no Brasil, sendo dois nacionais: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Ethos de empresas e Responsabilidade Social, e um internacional sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

O modelo IBASE foi lançado em 1977 e inspira-se no formato dos balanços financeiros. Expõem, de maneira detalhada, os números associados à responsabilidade social da organização. Em forma de planilha, reúne informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários e a participação nos lucros. Além disso, detalha as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas — educação, cultura, saúde etc. (INSTITUTO ETHOS, 2013)

A Figura 4 apresenta o Balanço Social conforme modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Figura 4: Balanço Social – Modelo IBASE

1. Identificação					
Nome da instituição:			Tipo/categoria (conforme instruções):		
Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade Sem fins lucrativos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não					
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Possui registro no: <input type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS					
De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não					
2. Origem dos recursos		2003 Valor (mil reais)	100%	2002 Valor (mil reais)	100%
Receitas Totais					
a. Recursos governamentais (subvenções)					
b. Doações de pessoas jurídicas					
c. Doações de pessoas físicas					
d. Contribuições					
e. Patrocínios					
f. Cooperação internacional					
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos					
h. Outras receitas					
3. Aplicação dos recursos		2003 Valor (mil reais)	100%	2002 Valor (mil reais)	100%
Despesas Totais					
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)					
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)					
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)					
Operacionais					
Impostos e taxas					
Financeiras					
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)					
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)					
4. Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))		2003 Valor (mil reais)	% sobre receita	2002 Valor (mil reais)	% sobre receita
a. Alimentação					metas 2004
b. Educação					
c. Capacitação e desenvolvimento profissional					
d. Creche ou auxílio-creche					
e. Saúde					
f. Segurança e medicina no trabalho					
g. Transporte					
h. Bolsas/estágios					
i. Outros					
Total – Indicadores sociais internos					
5. Projetos, ações e contribuições para a sociedade (As ações e programas aqui listados são exemplos, ver instruções)		2003 Valor (mil reais)	% sobre receita	2002 Valor (mil reais)	% sobre receita
a. Assistência jurídica		R\$ _____		R\$ _____	R\$ _____
N° pessoas beneficiadas _____				N° pessoas beneficiadas _____	
N° entidades beneficiadas _____				N° entidades beneficiadas _____	
b. Diversidade, etnia e questões racial		R\$ _____		R\$ _____	R\$ _____
N° pessoas beneficiadas _____				N° pessoas beneficiadas _____	
N° entidades beneficiadas _____				N° entidades beneficiadas _____	
c. Educação popular/alfabetização de jovens e adultos(as)		R\$ _____		R\$ _____	R\$ _____
N° pessoas beneficiadas _____				N° pessoas beneficiadas _____	
N° entidades beneficiadas _____				N° entidades beneficiadas _____	
d. Empreendedorismo/apoio e capacitação		R\$ _____		R\$ _____	R\$ _____
N° pessoas beneficiadas _____				N° pessoas beneficiadas _____	
N° entidades beneficiadas _____				N° entidades beneficiadas _____	
e. Segurança alimentar/combate à fome		R\$ _____		R\$ _____	R\$ _____
N° pessoas beneficiadas _____				N° pessoas beneficiadas _____	
N° entidades beneficiadas _____				N° entidades beneficiadas _____	
Valores totais					
6. Outros indicadores		2003		2002	metas 2004
N° total de alunos(as)					
N° de alunos(as) com bolsas (integral)					
Valor total das bolsas (integral)					
N° de alunos(as) com bolsas parciais					
Valor total das bolsas parciais					
N° de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa					
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa					

7. Indicadores sobre o corpo funcional	2003	2002	metas 2004
Nº total de empregados(as) ao final do período			
Nº de admissões durante o período			
Nº de prestadores(as) de serviço			
% de empregados(as) acima de 45 anos			
Nº de mulheres que trabalham na instituição			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			
Idade média das mulheres em cargos de chefia			
Salário médio das mulheres			
Idade média dos homens em cargos de chefia			
Salário médio dos homens			
Nº de negros(as) que trabalham na instituição			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia			
Salário médio dos(as) negros(as)			
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição			
Salário médio dos(as) brancos(as)			
Nº de estagiários(as)			
Nº de voluntários(as)			
Nº portadores(as) necessidades especiais			
Salário médio portadores(as) necessidades especiais			
8. Qualificação do corpo funcional	2003	2002	metas 2004
Nº total de docentes			
Nº de doutores(as)			
Nº de mestres(as)			
Nº de especializados(as)			
Nº de graduados(as)			
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo			
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)			
Nº de graduados(as)			
Nº de graduandos(as)			
Nº de pessoas com ensino médio			
Nº de pessoas com ensino fundamental			
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto			
Nº de pessoas não-alfabetizadas			
9. Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2003	metas 2004	
Relação entre a maior e a menor remuneração			
O processo de admissão de empregados(as) é:	<input type="checkbox"/> % por indicação <input type="checkbox"/> % por seleção/concurso	<input type="checkbox"/> % por indicação	<input type="checkbox"/> % por seleção/concurso
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros(as) <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> negros(as) <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/> _____	
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre aluno(s) e/ou beneficiários(as)?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros(as) <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> negros(as) <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/> _____	
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente através intermediários	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente através intermediários	
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para acompanhamento de:	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/vissecação <input type="checkbox"/> não tem	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/vissecação <input type="checkbox"/> não tem	

10. Outras informações

Instruções para o preenchimento

Item 1 - Tipo/categoria: autossignificação/denominação da organização que está preenchendo o BS (por exemplo: organização social, ONG, sindicato, fundação, instituição formal de ensino, organização do terceiro setor, instituição de ensino superior, entre outras) | **Item 2 - Receitas de contribuições:** receitas recebidas pelas entidades dos sócios/associados e demais contribuições regulares mediante contrapartida; **receitas de doações:** originam-se do setor privado tanto de pessoa física ou de pessoa jurídica e destinam-se a projetos; **receitas de recursos governamentais (subvencões):** originam-se do poder público. | **Item 4 - Metas 2003:** valores em Mil Reais | **Itens 5, 6, 7, 8 e 9 - Metas em Mil Reais e em números por ação/projeto** | **Item 5 -** Neste item devem constar somente os projetos, ações e contribuições para a sociedade que a instituição efetivamente realizou no exercício citado, agrupados por grandes temas de conhecimento geral (pode constar o nome de cada projeto, opcionalmente). A seguir relacionamos **outros temas indicativos** a serem acrescentados, quando for necessário, devendo sempre constar neste item o nº de pessoas e entidades beneficiadas: f) segurança no trabalho; g) assessorias/consultorias; h) direitos da 3ª idade/pessoas idosas; i) direitos da criança e do adolescente; j) direitos das pessoas portadoras necessidades especiais; l) diversidade de gênero/saúde da mulher; m) educação infantil/creches comunitárias; n) geração de emprego e renda; o) meio ambiente/desenvolvimento sustentável; p) questão indígena; q) saúde e saneamento; r) esporte, cultura e lazer; s) inclusão digital; t) não-violência; u) outros. No caso das IES, discriminar também os Programas e Projetos de Extensão. As **metas 2003** devem expressar os valores em Mil Reais, bem como o nº de pessoas e de entidades beneficiadas que a organização deseja/busca alcançar/manter. | **Item 7 -** O nº de negros(as) corresponde ao somatório do nº de pessoas classificadas/autodeclaradas como de cor de pele preta e parda; e o nº de brancos(as) como o somatório do nº de brancos(as) e amarelos(as), ambos conforme informados anualmente na RAIS. | **Item 8 -** Espaço disponível para a organização colocar esclarecimentos e outras informações qualitativas e quantitativas que julgue necessárias. | **Obs.** Os campos onde não constam ou **não se aplicam** o tipo de informação ao tipo/categoria da instituição que está divulgando seu Balanço Social devem ser preenchidos com **NA** (não se aplica) ou **ND** (não disponível). | **Obs 1.** O princípio deste BS é buscar **transparência, responsabilidade e participação** nas ações realizadas, bem como **transparência total** na origem e destino dos recursos utilizados pela organização em questão.

O modelo do Instituto Ethos, é baseado em um relato detalhado dos princípios e das ações da organização. Este guia incorpora os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e a planilha proposta pelo Ibase, sugerindo um detalhamento maior do contexto das tomadas de decisão em relação aos problemas encontrados e aos resultados obtidos. (INSTITUTO ETHOS, 2013)

O Quadro 8 apresenta o modelo de relatório sugerido pelo Instituto Ethos.

Quadro 8: Modelo Relatório Ethos

1 APRESENTAÇÃO	
Mensagem do Presidente	A empresa se apresenta aos chamados <i>stakeholders</i> : fornecedores, clientes, governo, ONGS e comunidade.
Perfil	Deve oferecer uma visão geral da empresa.
Setor econômico	Descrição do setor no qual a empresa atua.
2 A EMPRESA	
Histórico	Surgimento e etapas da sua historia.
Princípios e Valores	Apresentar as crenças que norteiam suas decisões, assim como as posturas adotadas no negocio.
Estrutura e Funcionamento	Demonstrar a maneira como opera e faz a gestão das pessoas e da cadeia produtiva.
Governança Corporativa	Atribuições do conselho de administração, suas regras de funcionamento, o papel e os deveres dos conselheiros.
3 O NEGOCIO	
Visão	Apresentação da visão de futuro e postura em relação aos desafios sociais, ambientais e econômicos.
Dialogo: com as partes interessadas	Instrumento usado por meio deles: - econômico; - social (publico interno, fornecedores, consumidores, comunidade e governo e sociedade); - ambiental.
4 ANEXOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrativo do Balanço Social (Ibase) - Iniciativas do interesse da sociedade - Notas Gerais 	

Fonte: Schenini (2005 p. 53-55)

O modelo considerado mais completo e abrangente é o da GRI, que conta com princípios para definição adequada do conteúdo do relatório e para garantir a qualidade da informação relatada, indicadores de desempenho e protocolos técnicos com metodologias de compilação, fontes de referências etc. Considerado o padrão internacional de relatórios de sustentabilidade, o modelo GRI está em sua terceira versão, a chamada G3, e se encontra disponível em português. (INSTITUTO ETHOS, 2013)

O Quadro 9 apresenta o modelo de relatório sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

Quadro 9 : Estrutura Básica do Relatório GRI

Visão e estratégia
Perfil da organização
Escopo do relatório
Perfil do relatório
Estrutura de governança
Engajamento das partes interessadas
Políticas de abrangentes e sistemas de gestão
Sumario de conteúdo da GRI
Indicadores de desempenho

Fonte: Tinoco e Godoy (2005, p. 10)

O Quadro 10 apresenta as similaridades e divergências existentes entre os modelos de relatórios do IBASE, do Instituto Ethos e GRI conforme estudos de Scheibe e Soutes (2013).

Quadro 10: Similaridades e divergências dos modelos

PREOCUPAÇÕES COM	GRI	IBASE	ETHOS
Adoção e abrangência de valores e princípios éticos			X
Eficácia na disseminação dos valores e princípios éticos da empresa			X
Estrutura organizacional e práticas de governança	X		x
Políticas de relacionamento com a concorrência	X		X
Impactos causados sobre distintos grupos da sociedade	X		X
Elaboração de relatório sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais	X	X	X
Participação de empregados em sindicatos			X
Envolvimento dos empregados na gestão	X		X
Tratamento da questão do combate ao trabalho infantil			X
Contribuição para o desenvolvimento infantil no país e compromisso com os direitos das crianças			X
Combate a todas as formas de discriminação negativa e de valorizar as oportunidades oferecidas pela riqueza da diversidade de nossa sociedade	X		X
Formação de nossa sociedade considerar as desvantagens históricas e persistentes que caracterizam a situação da população negra	X		X
Cooperação no combate ao preconceito e a ampliação das chances da mulher no mercado de trabalho e sua capacitação para funções especializadas	X		X
Relações com os trabalhadores terceirizados e/ou fornecedores desses serviços		X	X
Política de remuneração, benefícios e carreira	X	X	X

Assegurar boas condições de trabalho, saúde e segurança	X	X	X
Desenvolver seus recursos humanos	X	X	X
Conduzir processos demissionais	X		X
Preparar seus empregados para a aposentadoria			X
Percentual e número total de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	X		
Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	X		
Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	X		
Varição da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	X		
Responsabilidade nos impactos ambientais resultantes de suas atividades	X		X
Conscientização da população quanto aos desafios ambientais decorrentes da atividade humana e cultivar valores de responsabilidade ambiental	X		X
Consideração nos impactos ambientais causados por seus processos, produtos ou serviços	X	X	X
Conservação e exploração ilegal e predatória das florestas e proteger a biodiversidade	X		X
Objetiva prevenir e reduzir danos ambientais e otimizar processos	X		X
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	X		
Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora as áreas protegidas	X		
Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com <i>habitats</i> em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	X		
Percentual de produtos e embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos	X		
Regular suas relações com fornecedores e parceiros	X		X
Evitar trabalho infantil na cadeia produtiva	X		X
Evitar trabalho forçado ou análogo ao escravo na cadeia produtiva	X		X
Desenvolvimento de fornecedores de igual ou menor porte			X
Política de comunicação comercial de uma imagem de credibilidade e confiança	X		X
Compromisso com a qualidade dos serviços de atendimento ao consumidor/cliente	X		X
Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais de seus produtos e serviços	X		X
Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	X		
Número total de casos de conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	X		
Impactos na vida da comunidade	X	X	X
Relações com organizações comunitárias, ONGs e órgãos públicos presentes no seu entorno	X		X
Financiamento da ação social			X
Forma de concretizar sua ação social			X
Financiamento de candidatos a cargos públicos e de partidos políticos	X		X
Construção da cidadania		X	X
Relação com autoridades, agentes fiscais do poder público, em todos os níveis	X		X
Cidadania por meio de associações e fóruns empresariais			X
Envolvimento com as atividades sociais por entidades governamentais		X	X

Fonte: Scheibe e Soutes (2013)

Scheibe e Soutes (2013), por meio da análise dos três modelos de relatórios de sustentabilidade apresentados no Quadro 10, demonstram a preocupação com os aspectos econômicos, sociais e ambientais, com a remuneração e condições de trabalho dos funcionários, com impactos ambientais e na comunidade e com a construção da cidadania.

Percebe-se que o modelo de relatório proposto pelo GRI demonstra preocupação maior com a apresentação e análise de dados referente a direitos humanos, discriminação racial e social, serviços comunitários e preservação e recuperação do meio ambiente. O relatório evidencia uma preocupação mundial, que é a de garantir boa utilização dos recursos naturais, permitindo qualidade de vida à população sem comprometer o futuro das próximas gerações, e inculcando valores de responsabilidade social, de igualdade e a necessidade de prestação de serviço social. (SCHEIBE E SOUTES, 2013).

O modelo apresentado pelo IBASE objetiva à análise do retorno sobre o investimento econômico empresarial. As informações nele contidas são relativas a ações passadas praticadas pela organização sem considerar planejamentos futuros. Este formato inspira-se nos balanços financeiros. Em seu conteúdo são apresentados, com maior ênfase, os aspectos ou ações relativos ao ambiente de trabalho, suas relações e atividades desenvolvidas com os acionistas e a quantificação monetária destes itens. (SCHEIBE E SOUTES, 2013).

Por fim, o roteiro do Instituto Ethos tem sua atenção voltada, principalmente, para a ética empresarial, eficácia na disseminação de valores e princípios éticos e desenvolvimento sustentável, além de alguns dos outros indicadores apresentados pelo GRI e IBASE. A ética é abordada nas relações vivenciadas no cotidiano das organizações, permitindo obter êxito na criação de um ambiente social saudável em todos os aspectos, além de permitir o desenvolvimento da comunidade sem diminuir as chances das gerações futuras buscando o desenvolvimento de uma cultura baseada em princípios e valores éticos. (SCHEIBE E SOUTES, 2013).

A OCESC oferece um modelo de Balanço Social específico para uso das cooperativas do estado de Santa Catarina. Posteriormente ao preenchimento das informações pelas cooperativas, a OCESC consolida todas as informações em um único Balanço Social.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida, apresentam-se os meios e o material disponível, indispensáveis para a coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Um trabalho científico, assim como qualquer outra pesquisa, necessita de métodos e técnicas na sua elaboração. De acordo com Furasté (2007, p. 33), “pesquisar é investigar, buscar, procurar constantemente”.

Este estudo, quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como pesquisa descritiva, visto que para alcançá-los faz-se necessário descrever as características dos associados e da comunidade na qual a COOPERJA está inserida, bem como, os processos de cooperação para seu desenvolvimento. O estudo descritivo, conforme Gil (1999, p. 44) “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Quanto aos procedimentos, o presente trabalho classifica-se como pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Em relação à pesquisa bibliográfica, Gil (1999, p. 65) “expõe que ela é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Outro procedimento utilizado é o estudo de caso que, conforme Furaste (2007, p. 37), “consiste em um estudo exaustivo de algum caso em particular, de pessoas ou de instituição, para analisar as circunstâncias específicas que o envolvem”.

Em relação à abordagem do problema de pesquisa, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2000, p. 54),

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, como um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O Quadro 11 apresenta uma síntese das metodologias utilizadas para a elaboração deste estudo.

Quadro 11: Metodologias utilizadas para a consecução da pesquisa.

Quanto aos objetivos	Descritiva
Quanto aos Procedimentos	Bibliográfica e Estudo de caso
De acordo com a abordagem do problema	Qualitativa
Instrumento de coleta de dados	Entrevista

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das metodologias apresentadas, este estudo permite identificar as formas que uma cooperativa leva o desenvolvimento social a todos em seu entorno.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A fim de identificar os projetos e ações sociais praticados pela COOPERJA em prol do desenvolvimento da comunidade onde está inserida, optou-se por realizar duas entrevistas, primeiramente com o presidente da cooperativa, objetivando compreender sua opinião em relação à responsabilidade social nas cooperativas e a elaboração do Balanço Social e, similarmente, com a profissional responsável pelos projetos sociais.

Dispondo desses dados, foi possível verificar não só como a COOPERJA aplica os princípios do cooperativismo, em especial, o sétimo princípio, que é voltado para o interesse pela comunidade, mas também, como ela cresce no mercado sendo uma empresa socialmente responsável.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, apresenta-se os dados referente à COOPERJA, bem como, as ações de cunho social que ela desenvolve para a comunidade destacando, inclusive a forma como divulga estes projetos.

4.1 HISTÓRICO DA COOPERATIVA

No final da década de 60, em Jacinto Machado, município do estado de Santa Catarina (SC), a agricultura local enfrentava problemas relacionados à aquisição de insumos, armazenagem e comercialização para a produção agrícola, especialmente de arroz.

Um grupo composto por 117 agricultores, após inúmeras reuniões, decidiu por meio de assembleia geral, em 30 de agosto de 1969, constituir uma cooperativa agropecuária, denominada COOPERJA - Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado. A Figura 5 apresenta a vista área da indústria matriz da COOPERJA localizada em Jacinto Machado/SC.

Figura 5: Indústria Matriz - Jacinto Machado



Fonte: COOPERJA (2013)

Após enfrentado um período turbulento, em virtude de fenômenos naturais (vendavais), no ano de 1983, a cooperativa lançou no mercado sua marca

própria de arroz: ARROZ PINHERINHO, que mais tarde passaria a se chamar ARROZ CAÇAROLA.

Figura 6: Arroz Caçarola



Fonte: COOPERJA (2013)

Com o lançamento da marca própria ARROZ CAÇAROLA, o número de associados à COOPERJA dobrou, de 100 para 200 cooperados, fator que gerou a necessidade de ampliação da capacidade de armazenamento e recebimento do arroz na cooperativa.

Nas últimas décadas, a cooperativa cresceu em estrutura e em número de negócios. De simples armazenadora de grãos, passou, também, para comercializadora de alimentos, insumos e combustíveis. Atualmente, a COOPERJA possui oito lojas agropecuárias, três supermercados, um posto de combustível, uma unidade de recebimento de maracujá, três unidades de recebimento de arroz e duas unidades de beneficiamento. O Quadro 12 destaca a localização de cada uma dessas unidades.

Quadro 12: Localização das unidades da COOPERJA

UNIDADES	LOCALIZAÇÃO
Lojas Agropecuárias	Jacinto Machado
	Praia Grande
	Sombrio
	Santa Rosa do Sul
	Quarta Linha
	Três Cachoeiras
	Morrinhos do Sul
	Santo Antonio da Patrulha
Supermercado	Jacinto Machado
	Praia Grande
	Santa Rosa do Sul
Posto de Combustível	Jacinto Machado
Recebimento de Maracujá	Jacinto Machado
Recebimento de Arroz	Jacinto Machado
	Praia Grande
	Santo Antonio da Patrulha
Beneficiamento de Arroz	Jacinto Machado
	Santo Antonio da Patrulha

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

A Figura 7 apresenta a fachada da sede administrativa e da loja agropecuária localizada em Jacinto Machado/SC.

Figura 7: Sede Administrativa e Loja Agropecuária



Fonte: COOPERJA (2013)

Atualmente, transcorridos 44 anos após sua constituição, a COOPERJA possui mais de 1.220 associados e cerca de 450 colaboradores e está presente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de exportar internamente para 80% dos estados brasileiros e também para vários países.

No que diz respeito à missão da empresa, a COOPERJA busca por meio do cooperativismo, promover o desenvolvimento econômico das comunidades onde atua com responsabilidade socioambiental. Tem declarado como visão de futuro: ser reconhecida como a melhor opção de negócios em todos os segmentos que atua.

4.2 A PALAVRA DO PRESIDENTE DA COOPERJA

Nas dependências da sede administrativa da COOPERJA, na cidade de Jacinto Machado, no dia 31 de outubro de 2013, foi realizada uma entrevista com o presidente da cooperativa, Sr. Vanir Zanatta, que há 23 anos atua na função. O objetivo da entrevista era conhecer a concepção do presidente em relação à responsabilidade social nas cooperativas e à elaboração do Balanço Social.

O primeiro questionamento buscou conhecer a opinião do presidente sobre a responsabilidade social no âmbito das cooperativas. Para o entrevistado, a responsabilidade social é algo intrínseco no cotidiano das cooperativas:

- ✓ As cooperativas são sociedades de pessoas. Portanto, os trabalhos sociais desenvolvidos pelo sistema, fazem parte de sua natureza.

Cooperativismo é um sistema de gestão entre Capitalismo e Comunismo. Une as regras boas de cada forma de administrar. Sem Responsabilidade Social, a cooperativa fica oca. Falta um dos pilares de sustentação. É uma cooperativa de fachada. Considero de extrema importância.

Questionado sobre os projetos sociais que a COOPERJA realiza e os benefícios que eles agregam à cooperativa, seus cooperados, colaboradores e comunidade, o presidente foi enfático em afirmar:

- ✓ Os projetos sociais, com toda certeza, são muito importantes. Os benefícios são inúmeros: melhora o relacionamento entre associados e COOPERJA. É uma forma de levar conhecimento aos associados e sua família. Aproxima a comunidade com a cooperativa. Com os projetos e ações, demonstramos interesse pela comunidade, que é nosso sétimo princípio.

Por fim, foi questionado acerca da elaboração do Balanço Social para a cooperativa e qual a sua opinião sobre a divulgação dos projetos sociais para a comunidade, bem como, para outras cooperativas.

- ✓ A importância do Balanço Social é que deixa registrado todas as ações sociais feitas pela cooperativa. Nossa sociedade esquece muito rápido dos acontecimentos. Por isso é preciso registrar. E se não divulgar, é enclausurar ações, projetos, que deram certos. O conhecimento não pode ficar escondido. As cooperativas não têm vergonha do que fazem. Todos podem ver e se quiserem copiar, mais pessoas ganham.

4.3 A PALAVRA DA RESPONSÁVEL PELO SETOR SOCIAL DA COOPERJA

No dia 14 de outubro de 2013, na sede administrativa da COOPERJA, foi realizada uma entrevista com a colaborada Sra. Karoline Hilzendegeer Pereira, responsável pela parte social dos associados e clientes da cooperativa, atuando há seis meses na função. Anteriormente, a colaborada trabalhava no setor de crédito e cobrança, porém por sempre se dedicar e se dispor a ajudar nas ações e eventos sociais, foi indicada pelos gestores da COOPERJA para atuar especificamente nesse setor.

Com intuito de verificar o interesse da COOPERJA na realização de projetos sociais, foi questionado a respeito da existência ou não destes projetos antes da contratação da colaboradora para essa função.

- ✓ Os trabalhos que realizo hoje sempre foram disponibilizados pela Cooperativa, porém, não havia uma pessoa responsável, cada um fazia um pouco.

Com o intuito de compreender os motivos pelos quais a COOPERJA criou uma função específica voltada para a área social, foi questionado para a

colaboradora se ela conhecia os motivos da inclusão do cargo no organograma da cooperativa:

- ✓ Em virtude do crescimento da empresa, as pessoas acabaram ficando sobrecarregadas e a direção formou este setor. Em função de deter as parcerias com Ocesc/Sescoop tornou-se fundamental uma pessoa para este contato, pois são muitos projetos em conjunto e estava difícil cada um entrar em contato com estas organizações.

Sobre as ações sociais desenvolvidas na COOPERJA, a entrevista afirmou que seu trabalho é realizado diretamente com associados e clientes da Cooperativa e mencionou algumas atividades, como por exemplo:

- ✓ A Coordenação do Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas, evento destinado às mulheres que são associadas ou esposas de sócios com o intuito de integração, informação e reflexão sobre a mulher, a propriedade e a liderança feminina; a Ação Social; o Encontro de Mulheres da COOPERJA; o COOPERJOVEM; os Núcleos Femininos; o Baile da Colheita; além dos eventos em datas comemorativas, tais como: Outubro Rosa, Natal, Dia da Mulher, entre outros.

Com base nos eventos relatados, foi questionado sobre os aspectos positivos que os mesmos trazem para a COOPERJA, para os associados e a comunidade em geral:

- ✓ Maior aproximação da Cooperativa com os associados e o fortalecimento do espírito cooperativista nas comunidades em que está inserida. A COOPERJA busca através de ações realizadas também neste setor cumprir com o sétimo princípio do cooperativismo, que é o interesse pela comunidade.

4.4 AÇÕES DA COOPERJA EM ATENDIMENTO AO 7º PRINCÍPIO COOPERATIVISTA

A partir deste tópico, apresentam-se as ações realizadas pela COOPERJA, que atendem aos princípios do cooperativismo, especialmente ao sétimo que trata do interesse pela comunidade.

a) Projeto Ação Social: Evento realizado há cinco anos em data próxima ao aniversário da cooperativa. A ação é realizada a cada ano em uma cidade diferente o objetivando oferecer atividades e benefícios nos diversos municípios em que a COOPERJA possui unidade estabelecida. São oferecidos serviços como: cortes de cabelo, manicure e pedicure, exames de sangue, carteira de trabalho, RG,

atrações culturais como apresentação de danças e teatros, espaço para as crianças brincarem.

b) Núcleos Femininos: Considerando a importância do papel da mulher no cooperativismo e na própria cooperativa, a COOPERJA em parceria com a Ocesc/Sescop, criou os Núcleos Femininos. São dois núcleos formados por associadas e esposas de sócios. O objetivo principal é tornar as mulheres mais atuantes dentro da COOPERJA, em suas propriedades e na comunidade em geral. Elas dispõem de treinamentos e capacitações.

As Figuras 8 e 9 apresentam a Ação Social e uma reunião dos Núcleos Femininos, eventos ocorridos no início de 2013.

Figura 8: Ação Social 2013.



Fonte: COOPERJA (2013)

Figura 9: Reunião dos Núcleos



Fonte: COOPERJA, (2013)

c) Encontro de Mulheres COOPERJA: Encontro destinado às mulheres associadas, esposas de sócios e clientes para tratar de diversos assuntos relacionados ao seu cotidiano, como palestras motivacionais, sobre assuntos relacionados à saúde, oficinas de artesanato, culinária e, também, relacionado à integração das mulheres no cooperativismo.

d) Outubro Rosa: Evento criado em 2012, no qual as mulheres podem tirar suas dúvidas sobre o câncer de mama. O seu objetivo é discutir o tema e tentar prevenir e alertar sobre este tipo de câncer.

As Figuras 10 e 11 apresentam o Encontro de Mulheres e a palestra do Outubro Rosa, os dois realizados em 2013.

Figura 10: Encontro de Mulheres



Fonte: COOPERJA, (2013)

Figura 11: Outubro Rosa 2013



Fonte: COOPERJA, (2013).

e) CDC – Campo Demonstrativo COOPERJA: Evento direcionado a agricultores, estudantes, fornecedores e demais interessados no setor agrícola. Tem por objetivo apresentar novidades na cultura do arroz, milho, maracujá e banana.

f) Livro de Receitas: A COOPERJA lançou um livro de receitas cujas autoras são as próprias associadas e esposas de sócios. As receitas contêm como ingredientes principais: arroz, milho, maracujá, banana (produtos comercializados pela COOPERJA).

As Figuras 12 e 13 apresentam a área onde acontece o CDC e a ilustração do Livro de Receitas.

Figura 12: Área onde acontece o CDC



Fonte: COOPERJA, (2013).

Figura 13: Livro de Receitas



Fonte: COOPERJA, (2013).

g) Baile da Colheita: Evento realizado anualmente no mês de julho, mês que se comemora o Dia Internacional do Cooperativismo, para celebrar a boa safra de seus associados.

h) Cooperjovem: Desde 2011 a COOPERJA participa do Programa Cooperjovem, uma iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que proporciona a capacitação para os professores, além de disponibilizar material didático para a aula. O objetivo é fomentar o cooperativismo por meio da escola. Esta realidade é alcançada a partir da inserção de uma proposta educacional, baseada na relação ensino-aprendizagem, construída por meio dos princípios, valores e da prática da cooperação que embasam a doutrina do cooperativismo. A Cooperativa coordena o projeto em parceria do SESCOOP para monitorar a escola, apoiar e primar pela continuidade do projeto.

As Figuras 14 e 15 apresentam o Baile da Colheita, que aconteceu em 2012, e os alunos do Projeto Cooperjovem.

Figura 14: Baile da Colheita 2012



Fonte: COOPERJA, (2013)

Figura 15: Cooperjovem



Fonte: COOPERJA, (2013).

i) Projeto Fênix -“Cultivando a Vida”: Este projeto venceu um concurso da empresa Iharabrás, no final de 2011. Os concorrentes tinham que criar projetos exclusivos de sustentabilidade e convidar entidades para apoiar a sua iniciativa. A COOPERJA contou com o apoio de seis entidades. A ideia foi cultivar 11 mil mudas de espécies arbóreas nativas, para reflorestar áreas degradadas do município. Entre

as peculiaridades do projeto, tem o uso da cinza da queima da casca de arroz, como um dos substratos para a produção das mudas. O cultivo foi feito em caixas de leite longa vida, recolhidas através de uma campanha no próprio município. E as 11 mil mudas fazem referência ao número de habitantes de Jacinto Machado. Com isso, incentivará desde cedo as crianças e os jovens a preservar o meio em que se vive com atitudes simples e praticas.

j) Projeto Centopeia: Em uma parceria realizada entre o Cooperjovem e a COOPERJA, o Projeto Centopeia visa estimular o hábito da leitura entre os alunos e funcionários de escolas do município de Jacinto Machado.

As Figuras 16 e 17 apresentam uma das atividades do Projeto Fênix, e o lançamento do Projeto Centopeia.

Figura 16: Projeto Fênix



Fonte: COOPERJA, (2013)

Figura 17: Projeto Centopeia



Fonte: COOPERJA (2013).

h) Jovem Aprendiz: Atendendo à legislação trabalhista, a COOPERJA implantou nas suas unidades o Programa Jovem Aprendiz. Com a implantação do programa, oportuniza a perspectiva profissional para os jovens que ainda estudam, mas querem ingressar no mercado de trabalho.

4.5 AÇÕES DA COOPERJA EM DESENVOLVIMENTO AOS COLABORADORES

A partir deste tópico, apresentam-se as ações realizadas pela COOPERJA, em desenvolvimento aos seus colaboradores, que atendem aos princípios do cooperativismo, especialmente, ao quinto que trata de educação, formação e informação e também do sétimo que trata do interesse pela comunidade.

a) Compartilhando Saber: Projeto que visa incentivar o hábito da leitura entre os funcionários da COOPERJA. O funcionário poderá escolher um exemplar dentro do acervo da Cooperativa e, em contrapartida deixará outro livro no lugar.

b) Aulas de Inglês: Saber um segundo idioma, conhecer outras culturas e estar atento ao que ocorre no mundo, faz com que os profissionais busquem novas capacitações. Pensando nisso, a COOPERJA disponibiliza aos seus colaboradores um curso de inglês básico. O objetivo é de fomentar o crescimento profissional para os colaboradores. Com fluência em outros idiomas abre-se um leque de informações a respeito do mercado de trabalho, pois permite ao profissional se comunicar de maneira muito mais eficiente e com maior alcance.

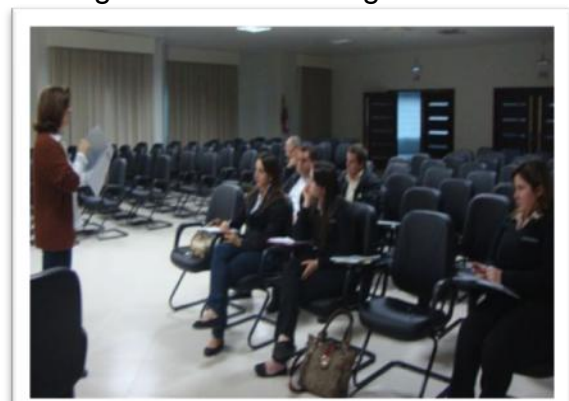
As Figuras 18 e 19 nos apresentam o acervo do Projeto Compartilhando Saber, e uma das aulas de inglês.

Figura 18: Livros do Acervo



Fonte: COOPERJA (2013).

Figura 19: Aula de inglês



Fonte: COOPERJA (2013).

Há outros projetos oferecidos pela COOPERJA em prol dos funcionários, tais como: Presente de Páscoa, Jantar Dia Internacional da Mulher, Festa do Dia do

Trabalho, Dia Junino, Presente de Natal, Confraternização de Fim de Ano, Presente de Aniversário, Fecoop, Curso de Lideranças, Ginástica Laboral.

Com todos esses projetos e ações voltados para seus associados, clientes, colaboradores e comunidade em geral, a COOPERJA atende bem o significado dos princípios do cooperativismo, em especial o 5º e o 7º. Como destaca MacPherson (2003, p. 13), “os Princípios Cooperativos são as normas pelas quais as cooperativas põem seus valores em prática”.

Sendo assim, a COOPERJA atende ao 5º e 7º Princípio do Cooperativismo, “Educação, formação e informação” e “Interesse pela Comunidade”, respectivamente, quando proporciona para seus associados, cursos e treinamentos de modo que contribuam para o seu crescimento, promove o desenvolvimento de seus colaboradores por meio de projetos como o Compartilhando saber e Aulas de Inglês e, também, quando incentiva o hábito da leitura nas crianças e nos jovens por meio dos Projetos Cooperjovem e Centopeia. A divulgação de informações acerca do cooperativismo, das ações praticadas pela COOPERJA, bem como, a apresentação de seus resultados econômicos, financeiros e sociais, contribuem sobremaneira para o entendimento da natureza e os benefícios da cooperação.

4.6 FORMAS DE DIVULGAÇÃO

A divulgação dos projetos e ações realizados pela COOPERJA para seus associados, clientes e comunidade acontece por meio dos programas de rádios semanais de duas emissoras locais. Há também, a distribuição mensal de um informativo denominado PARCEIRO COOPERJA, o qual contempla notícias e eventos de tudo que ocorreu na cooperativa e no meio agrícola daquele mês. Outra forma de divulgação dos projetos e ações é realizada por meio de visitas de vendedores externos nas casas dos associados e clientes. Além disso, os acessos às redes sociais acabam por divulgar todas as ações de forma rápida e fácil. Por fim, na própria cooperativa, por meio de seus funcionários e murais de avisos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas são sociedades economicamente organizadas de forma democrática, baseada em uma doutrina com propósitos de união e ajuda mútua, norteados pelos princípios cooperativistas, que se preocupam com as necessidades comuns de seus membros.

Neste sentido, as cooperativas além de disponibilizarem produtos e serviços com segurança, agilidade e qualidade, ainda se mantêm preocupadas com a sociedade de uma forma geral, atuando com foco nos conceitos de responsabilidade social, aplicando em seu cotidiano o real significado dos seus princípios.

A COOPERJA foi criada há 44 anos, com o propósito de atender aos anseios de um grupo de agricultores de Jacinto Machado, na busca por uma instituição que ajudasse a solucionar os problemas relacionados à aquisição de insumos, armazenagem e comercialização das suas produções.

Esta pesquisa objetivou identificar como a COOPERJA, além de atender as necessidades dos agricultores associados, oportuniza o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, em atendimento aos princípios cooperativistas.

Para tanto, o referencial teórico mostrou-se adequado ao estudo realizado, pois apresentou os conceitos pertinentes ao cooperativismo e as cooperativas agropecuárias, evidenciando ainda, aspectos relacionados à responsabilidade social e os modelos de balanço social existente atualmente no Brasil.

No que se refere ao estudo de caso, a partir das entrevistas, com o gestor e a responsável pelos projetos sociais, e a identificação das ações que a COOPERJA realiza para a comunidade, verificou-se que a cooperativa atende aos princípios do cooperativismo preocupando-se não só com seus associados, mas também, com a sociedade em geral.

Em cumprimento ao declarado em sua missão “promover o desenvolvimento econômico das comunidades onde atua com responsabilidade socioambiental”, a COOPERJA trabalha focada e comprometida com o meio ambiente realizando projetos de responsabilidade social. Dentre esses, citam-se

como exemplos: Ação Social; Núcleos Femininos, Encontro de Mulheres, CDC; Projeto Fênix, entre outros.

Diante do exposto, conclui-se que a COOPERJA procura, constantemente, por meio de suas atividades de beneficiamento, armazenamento e comercialização do arroz, promover o crescimento econômico de seus associados e não obstante, por meio dos projetos e ações sociais, também, contribuir para o desenvolvimento de seus colaboradores, associados, familiares e a comunidade em geral, difundindo e retratando a força do movimento cooperativista para a construção de um mundo melhor.

Assim, ressalta-se a importância da continuidade dos projetos e ações que atendam a comunidade, para que a COOPERJA continue sendo reconhecida como uma empresa socialmente responsável. E que a divulgação dessas ações, não se dê apenas por intermédio da mídia, mas também das demonstrações contábeis, como por exemplo, o Balanço Social.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Eliane Cristina, et al. **Responsabilidade Social corporativa e sua influência na Percepção e na Decisão de Compra do Consumidor. In: Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**, v III. São Paulo: Petrópolis, 2004.

BRASIL. **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

BRASIL COOPERATIVO. **Símbolos do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/Cap%C3%ADtulo%2010.pdf>>. Acesso em: 16/08/2013 às 20h12.

COOPERALIANÇA – Cooperativa Aliança. **Símbolos do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.cooperalianca.com.br/cooperativismo/simbolos>>. Acesso em: 16/08/2013 às 19: h20.

COOPERJA – Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado. **Histórico da COOPERJA**. Disponível em: <<http://www.COOPERJA.com.br/historico.php?id=1>>. Acesso em: 20/09/2013 às 15h00.

COOPESP - Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Educação do Estado de São Paulo. **Historia do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.coopesp.org.br/cooperativismo.pdf>>. Acesso em: 25/05/2013 às 16h19.

CRUZ, Paulo Sergio Alves da. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro: COP. 2000.

FERREL, O.C.; FRAEDRICH J.; FERREL, L. **Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos**. Rio de Janeiro: Reichmam & Affonso Ed., 2001.

FURASTE, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. 14 ed. Porto Alegre: s.n, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Marina. **Balanco Social: convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e instituto ETHOS**. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 1., 2007, Florianópolis: UFSC, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. Manual Balanço Social IBASE. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 17/09/2013 às 20h40.

INSTITUTO ETHOS – Empresas e Responsabilidade Social. **Ferramentas de Gestão**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4198&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 25/05/ 2013 às 16h47.

_____. **Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.internethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4195&Alias=ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 20/09/2012 às 22h35.

IRION, João Eduardo Oliveira. **Fale como dono: Cooperativismo médico Unimed**. São Paulo: Cartaz Editorial, 1994.

KOSLOVSKI, J. P. A cooperação e a responsabilidade social no Paraná. **Paraná Cooperativo**, Curitiba, 2006.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MACPHERSON, Ian. **Princípios cooperativos para o século XXI**. 1 ed. Florianópolis: OCESC/SEESCOOP, 2003.

MELO NETO, F.P.de. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**. Rio de Janeiro: Ed.Qualitymark, 1999.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, Cesar. **Responsabilidade Social e Cidadania empresarial: A Administração do terceiro setor**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do ramo agropecuário**. Disponível em: <http://www.ocb.coop.br/site/ramos/agropecuario_historia.asp>. Acesso em: 10 /03/2013 às 18h10.

_____. **Princípios do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 01/05/2013 às 15h00.

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande Sul. **Símbolos do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/simbologia>>. Acesso em: 16/08/2013 às 19h15.

OCESC – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. **Unidos por uma vida melhor**, 2011.

_____. **Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocesc.org.br/institucional/cooperativismo.php>>. Acesso em: 15/08/2013 às 19h30.

OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocesp.org.br/default.php?p=texto.php&c=ramos>>. Acesso em: 16/09/2013 às 18:35.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: Uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: Ed.DEP&A, 2000.

REIS, Ede Maria. **Valores do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/os-valores-do-cooperativismo/53292/>>. Acesso em 04/07/2013 às 21h:13.

SCHEIBE, Margarete Lermen, SOUTES, Dione Olesczuk. **Responsabilidade Social**: Um estudo de Caso em uma Cooperativa Paranaense. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

SCHENINI, Pedro Carlos. **Gestão empresarial sócio ambiental**. Florianópolis: Nupegema, 2005.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.sescoopap.coop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=40>. Acesso em: 31/01/2013 às 18h35.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. **Balanco Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TOLDO, M. **Responsabilidade social empresarial. Prêmio Ethos Valor.**
Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.